

# As tarefas históricas e os problemas enfrentados pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra no Brasil

---

---

Año  
2013

Autor  
Pereira, Aline Fernandes

Este documento está disponible para su consulta y descarga en el portal on line de la Biblioteca Central "Vicerrector Ricardo Alberto Podestá", en el Repositorio Institucional de la **Universidad Nacional de Villa María**.

#### CITA SUGERIDA

Pereira, A. F. y Franca, A. G. (2013). *As tarefas históricas e os problemas enfrentados pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra no Brasil*. Villa María: Universidad Nacional de Villa María



## **As tarefas históricas e os problemas enfrentados pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra no Brasil**

Mesa n° 02

Luchas Políticas, Movimientos Sociales y Formas de Participación. Ciudadana. Movimientos Sociales y Organizaciones Populares.

Primeiro autor: Pereira, Aline Fernandes

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Rua: Joaquim Pereira n°163 / Cristo Rei

Novo cruzeiro / Minas Gerais / Brasil

alinefpnc@hotmail.com

Segundo autor: Franca, Acson Gusmão

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Avenida Doutor Júlio Rodrigues, s/n / Marajoara

Teófilo Otoni / Minas Gerais / Brasil

Acson\_gusmao@hotmail.com

Palavras chaves: Trabalhadores Sem Terra, desigualdade social, Reforma Agraria.

### **Introdução**

Até a chegada dos portugueses no Brasil, a terra era trabalhada por povos indígenas, que viviam da caça, pesca e coleta seletiva de frutos silvestres e raízes. Para eles não havia a propriedade privada da terra, ela era de todos.

Os portugueses chegaram trazendo junto sua “forma de ser”, seus costumes e tradições. A partir deste momento houve alterações significativas na forma de trabalhar e repartir a terra, fazendo surgir, de um lado, os proprietários de terra, e de outro, os despossuídos dela. A existência destes dois lados, em conflito, faz surgir os movimentos sociais de luta pela redistribuição de terras. Por se tratar de movimentos que lutam contra os

interesses da elite brasileira, eles se deparam com algumas barreiras que dificultam seu desenvolvimento.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar como se deu o processo de concentração de terras existente no Brasil nos dias atuais, bem como as consequências dessa prática para o país. De modo especial, pretende-se estudar um dos resultados da alta concentração de terras que é o surgimento de um movimento social, denominado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), engajado na redistribuição das mesmas e acabar os grandes latifúndios improdutivos. Para realizar esse objetivo, serão analisados momentos históricos brasileiros marcantes em relação a questão da terra que vão da colonização do Brasil até os dias atuais.

## **I – A era colonial**

A concentração de terras, as desigualdades sociais não são problemas de origem recente, nasceram concomitantemente à colonização portuguesa, que transplantou algumas de suas características para o Brasil.

Pode-se citar o regime de posse de terra conhecido como Sesmarias, no qual o rei detinha o poder da terra e o agricultor possuía apenas a posse. É necessário, porém, salientar que nem todas as frações de classe da população tinham acesso à terra, sendo sua posse reservada apenas católicos e brancos (os chamados “puro sangue”). Neste sentido, Stedile afirma:

A “concessão de uso” era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração. Mas não lhes dava direito de venderem as terras, ou mesmo de comprarem terras vizinhas. Na essência, não havia propriedade privada das terras, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias. (STEDILE, 2005, PP.20) CONFERIR

A apropriação do território brasileiro pelos portugueses deu-se pela colonização de exploração, cujo objetivo era arrancar da Colônia tudo aquilo que ela pudesse oferecer.

De acordo com Caio Prado Jr., o elemento fundamental da economia colonial é a grande propriedade monocultora trabalhada por escravos, ou seja, a junção de três elementos, quais sejam: latifúndio, monocultura e escravidão.

Por latifúndio entende-se a grande propriedade sob domínio de um único dono. Os portugueses notaram que o clima quente e úmido e o tipo de solo eram propícios para o

cultivo da cana-de-açúcar, tornando possível a produção monocultora. Para tal, utilizaram-se da escravização de negros e indígenas.

A produção familiar sempre existiu, porém de forma secundária e subordinada à grande produção de um só produto. Enquanto as grandes propriedades preocupavam-se com a produção de açúcar para o mercado internacional, os produtores familiares produziam os gêneros alimentícios básicos para a alimentação da população.

As concessões das sesmarias tiveram alterações com o aumento da população gerado pela descoberta das minas de ouro e diamante em Minas Gerais. Neste período (final do século XVIII), os latifúndios ocupavam todas as regiões economicamente importantes do país.

Como consequência dessa política agrária colonial, surgiram os chamados “posseiros” que eram indivíduos ou famílias que tomavam a posse de pequenas porções de terras entre uma propriedade e outra. Com a expulsão destes posseiros, fez-se necessária a substituição do regime de sesmarias por outro regime.

## **II – A Lei de Terras de 1850**

A luta pela libertação dos escravos estava em destaque no mundo nos meados do século XIX, existindo grande pressão pelo fim da escravidão.

O fato de a colonização ter sido fundamentada sobre latifúndio, monocultura e escravidão e com os interesses voltados para fora tornava o mercado brasileiro residual, pois não havia mercado interno capaz de sustentar a escravidão.

Pressionada pelos capitalistas nascentes e considerando inevitável a abolição da escravatura, a Coroa brasileira instaurou uma lei que limitava o direito de posse da terra: A Lei de Terras de 1850, cujo objetivo estava longe de beneficiar os escravos.

Pelo contrário, a Lei de Terras visava a manutenção da disponibilidade mão-de-obra, pois, através de sua implantação, ex-escravos, os brasileiros pobres, os posseiros e os imigrantes não poderiam se tornar proprietários de terras no Brasil. Por essa lei, só teria direito a terra quem comprasse ou legalizasse as áreas em uso, mediante pagamento de taxa.

A Lei de Terras era, portanto, o pacto do capital com a propriedade da terra. Durante o processo de abolição, o governo imperial preocupou-se em substituir a mão-de-obra escrava pela dos imigrantes europeus. Assim a propriedade da terra permaneceria nas mãos dos latifundiários e seus herdeiros. Nas palavras de Stedile sobre a Lei de Terras:

[...] Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passado, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou então a propriedade privada da terra. (STEDILE, 2005, p. 20)

Em resumo, a Lei de Terras tornou mais complexa a estrutura agrária acentuando ainda mais a concentração de terras:

“A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo de grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.” (STEDILE, 2005, p.21).

Despossuídos de terras, ex-escravos e pobres buscam na migração para as cidades uma maneira de sobrevivência. Todavia, como os lugares nobres das cidades já pertenciam aos capitalistas, comerciantes e etc., eles se refugiam nos piores terrenos, em especial, as regiões íngremes. Desta forma, como afirma Stedile (2005), “a Lei de Terras é também a mãe das favelas nas cidades brasileiras”.

## **II – A crise de 1929**

No século XIX, o café tornou-se a principal riqueza e o governo, então, favoreceu a manutenção dessa monocultura.

No final deste mesmo século, o país apresentava um pequeno processo de industrialização que carecia também da criação de consumidores. Entretanto, a maioria da população não tinha condições de adquirir os produtos industrializados, pois, tratava-se de trabalhadores pobres presos à grande propriedade.

Essa foi a oportunidade que o Brasil teve de realizar sua reforma agrária, pois os interesses dos industriais e dos fazendeiros de café eram contrários entre si.

A realização da reforma agrária neste momento proporcionaria aos capitalistas o mercado consumidor de que necessitavam, pois com acesso à terras, os produtores familiares teriam condições de pagar pelos produtos industrializados. Entretanto, quem ditava os rumos da economia era o café, ou seja, prevaleciam os interesses da oligarquia rural.

Em 1929, o país enfrentou uma crise de superprodução, advinda do crack da Bolsa de Nova York, que atingiu em cheio os cafeicultores, fazendo cair os preços do café.

Em 1930, Getúlio Vargas assume o comando do país, tendo como principal objetivo a criação das indústrias de base, pois não era mais possível ao Brasil continuar sendo um país agro-exportador. Vargas, porém, não teve a menor consideração pelos trabalhadores rurais, pois, viu-se dividido entre seus apoiadores.

De acordo com Martins (1980), os industriais necessitavam do mercado interno e este mercado só seria possível através da reforma agrária que ia de encontro aos interesses dos proprietários de terra, mas nossa burguesia nunca teve a consciência de classe necessária para que ela fosse a atriz principal dos destinos do país.

### **III - O Golpe Militar de 1964 e seus resultados**

As desigualdades no acesso à terra fizeram nascer muitos movimentos de luta pela reforma agrária. Foi neste contexto que, por meio de um golpe militar, todo e qualquer movimento social foi reprimido.

Em 1964, o presidente Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil com o nome de Estatuto da Terra. Este era uma resposta à necessidade de distribuição de terras e uma maneira de evitar novas revoluções sociais.

Tal estatuto, porém, não foi posto em prática e configurou-se apenas como estratégia do governo militar para controlar as lutas sociais. Com a não execução do Estatuto da Terra, a política agrária real do regime militar nada mais foi que a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais.

### **IV - De 1970 em diante**

Na década de 1970, houve o processo de modernização da lavoura com a introdução da maquinaria através de uma política agrária implantada pela ditadura. O Estatuto da Terra não foi executado e a prática capitalista ganhou visibilidade, desta forma as máquinas foram, aos poucos, substituindo o trabalho humano.

Desprovidos de garantia de subsistência, grande parte da população expulsa do campo foi para a cidade. O Brasil passou por um período de notável industrialização. Contudo, até a

década de 1980, a economia brasileira passou por uma crise estrutural responsável pela geração de um número exorbitante de desempregados.

Lançados do campo pela modernização da agricultura e ao mesmo tempo expulsos da cidade pelo fracasso da industrialização, os trabalhadores sem terra se puseram a questionar quais seriam suas perspectivas.

## **V – A Origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

A partir desse contexto, surge no Brasil, em 1984, umas das maiores e mais bem organizadas associações de trabalhadores em torno da luta pela terra. Engajados não somente na defesa da distribuição de riquezas, mas também no crescimento econômico. Assim, o movimento, através da reflexão sobre o momento pelo qual o país passava e a situação da classe trabalhadora camponesa e seus desafios, bem como por meio de estratégias de ocupação de latifúndios, impôs respeito, além de trazer temor às autoridades da época.

O movimento ganhou forças e espalhou-se pelo país e como não existia a possibilidade de negociação com os proprietários de terra e como se cansaram de esperar que o governo atendesse suas reivindicações, a palavra de ordem dentro do movimento era: “Ocupar é a única solução”.

Além de ocupar, fazia-se necessária a permanência dos ocupados nas terras ocupadas. Além que era necessário provar as razões da ocupação, sensibilizando a sociedade para a questão agrária no Brasil. Assim, o movimento nasceu como forma de trabalhar os latifúndios improdutivos e torná-los produtivos, fazendo cumprir seu papel social. Portanto, era preciso uma adequação da palavra de ordem do movimento que adotou o lema: “Ocupar, resistir e produzir”.

## **VI - As tarefas**

O movimento nasce com alguns objetivos específicos, que podem ser elencados através do estudo dos seus propósitos.

O MST auto intitulou-se como um movimento de massas de caráter sindical, popular e político que luta pela terra, ou seja, pela reforma agrária e por modificações na sociedade brasileira.

O MST visa a construção de uma sociedade sem exploradores, onde o trabalho imperasse sobre o capital que escraviza os trabalhadores assalariados.

A terra, por ser de todos, deveria, estar a serviço de todos, garantindo trabalho a todos. Assim, com uma distribuição igualitária da terra ter-se-ia também a distribuição de renda e da riqueza.

A justiça social, a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais também são visados pelo MST. Além disso, buscam a difusão dos valores humanistas e socialistas e o combate às formas de discriminação social, buscando a participação igualitária das mulheres.

Todos esses objetivos seriam alcançados através de um programa de reforma agrária traçado pelo movimento que adotaria os seguintes passos: a) modificar a estrutura da propriedade da terra; b) subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; c) garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; d) apoiar a produção familiar e cooperativista com preços compensadores, crédito e seguro agrícola; e) levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de emprego especialmente para a juventude; f) aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semiárido; g) desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola autossustentável; h) e buscar um desenvolvimento que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

## **VII - Os problemas enfrentados pelo MST**

Dotado de organização e força advindas do seu caráter estratégico, o movimento foi e ainda é tratado como “caso de polícia”, como afirma Pinassi (1955). Sofre com a violência dos grandes proprietários e com o preconceito da sociedade brasileira que se desenvolveu sob os costumes transplantados de Portugal para o Brasil e com a mentalidade das oligarquias rurais. Conseqüentemente os acampados que ocupam terras improdutivas são tratados como invasores de terra.

Razão pela qual o MST teve que provar que ocupação e invasão não são palavras sinônimas.

A área ocupada pelos sem-terra é sempre terra improdutiva, de forma que o ato não pode ser considerado como invasão, mas ocupação, pois ocupar significa preencher um espaço vazio.

Entretanto, não foi possível, com clareza, causar esta distinção entre as pessoas, de maneira que muitos atos de violência contra o Movimento marcaram sua história.

Um dos exemplos mais fortes desta violência foi o ato conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás, onde dezenas de trabalhadores rurais sem terra foram atacadas após interditar uma rodovia próxima a cidade de Eldorado de Carajás, Estado do Pará, deixando muitos mortos, feridos e desaparecidos. Os trabalhadores foram encurralados pelos policiais, que demonstraram pretensões além da ação de desobstruir a estrada.

Muitos outros atos de violência foram registrados ao longo da trajetória do MST afirmando ainda mais o preconceito e a violência que marcaram o desenvolvimento do movimento de luta pela redistribuição de terras.

Mesmo com toda a violência, o MST atingiu números bastante significativos de famílias assentadas como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1

SR/UF	Execução Anual - famílias																	TOTAL GERAL		
	Até 1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010		2011	2012
SR-01/PA	2.226	2.241	10.193	9.682	7.027	4.321	1.911	2.800	2.410	3.846	7.421	14.838	20.072	6.413	15.723	9.456	5.178	3.088	3.271	132.119
SR-14/AC	871	1.259	2.497	2.675	2.780	1.178	1.723	2.121	741	1.314	4.201	4.695	2.270	1.535	1.259	1.019	1.228	796	38.088	
SR-15/AM	1.028	2.089	3.278	2.616	2.600	1.271	1.556	1.519	659	1.404	3.172	5.169	8.931	4.332	7.139	6.556	3.897	1.329	1.600	60.045
SR-17/RO	9.405	2.721	2.973	1.342	4.178	3.711	2.809	2.517	2.263	2.150	2.053	1.741	1.007	1.037	1.393	723	649	217	1.003	43.890
SR-21/AP	115	103	665	1.092	2.434	1.021	619	530	549	493	1.221	1.880	2.068	1.602	1.367	501	708	306	439	17.682
SR-25/RR	1.613	508	3.005	2.509	2.512	1.498	81	1.896	1.145	1.356	2.835	1.432	1.829	1.657	924	1.020	943	619	460	27.840
SR-26/TO	1.783	1.552	2.071	754	5.829	2.598	2.370	3.322	2.299	1.573	1.798	3.112	2.505	2.242	2.596	2.018	1.367	1.166	1.055	41.978
SR-27/MB	308	-	-	11.375	14.580	9.587	5.421	5.161	2.373	3.868	9.085	8.195	6.868	3.571	3.361	2.941	3.118	1.186	2.071	93.063
SR-30/ST	874	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.000	33.700	378	231	1.329	3.307	1.346	1.485	60.650
<b>NORTE</b>	<b>18.201</b>	<b>10.471</b>	<b>24.682</b>	<b>32.045</b>	<b>41.838</b>	<b>25.185</b>	<b>16.490</b>	<b>19.866</b>	<b>12.438</b>	<b>16.904</b>	<b>31.774</b>	<b>58.373</b>	<b>81.573</b>	<b>23.502</b>	<b>34.259</b>	<b>25.805</b>	<b>20.184</b>	<b>10.485</b>	<b>12.180</b>	<b>515.355</b>
SR-02/CE	4.721	2.891	3.267	3.027	5.397	3.027	742	1.483	882	1.013	1.159	1.426	947	687	1.282	606	858	386	335	33.899
SR-03/PE	1.526	743	1.567	1.955	3.155	3.705	1.332	1.250	1.800	955	736	3.724	5.608	875	2.104	1.456	448	102	287	33.338
SR-05/BA	4.455	3.049	1.906	5.419	6.850	6.157	4.006	3.018	1.069	2.584	5.185	5.120	4.889	1.649	1.768	2.444	1.022	1.524	273	62.167
SR-12/MA	1.490	7.181	7.720	9.172	9.778	10.203	8.281	7.397	8.278	4.866	11.473	16.437	13.080	8.997	7.654	6.290	4.884	2.342	2.677	148.148
SR-18/PB	655	1.202	2.145	1.155	1.926	1.950	1.882	1.614	565	435	1.748	1.375	700	557	559	430	477	620	513	20.308
SR-19/RN	1.314	1.246	1.558	2.410	2.755	2.429	1.885	2.312	589	1.026	2.481	1.901	1.016	1.226	903	1.031	794	226	403	27.505
SR-22/AL	582	640	900	1.568	1.113	737	989	359	292	246	828	1.300	308	2.071	1.999	1.977	422	162	279	16.770
SR-23/SE	928	399	808	454	614	857	1.173	463	888	83	521	1.400	456	158	639	1.404	368	300	214	12.005
SR-24/PI	1.052	1.200	1.573	1.939	2.654	1.925	3.388	2.257	1.873	1.399	2.266	4.982	6.054	2.114	2.279	1.413	1.208	875	1.028	40.977
SR-29/MSF	64	-	-	-	-	-	537	627	748	689	2.125	2.058	2.457	2.200	1.378	704	559	528	301	14.955
<b>NORDESTE</b>	<b>16.757</b>	<b>18.551</b>	<b>21.272</b>	<b>27.099</b>	<b>34.432</b>	<b>30.990</b>	<b>23.995</b>	<b>20.760</b>	<b>16.582</b>	<b>13.256</b>	<b>28.522</b>	<b>39.726</b>	<b>35.313</b>	<b>20.534</b>	<b>20.545</b>	<b>17.757</b>	<b>10.836</b>	<b>6.845</b>	<b>6.320</b>	<b>410.092</b>
SR-06/MG	652	414	1.277	1.949	2.491	2.599	1.522	2.226	968	458	1.169	3.388	1.528	1.220	480	1.114	500	379	510	24.894
SR-07/RJ	880	341	469	922	49	591	370	340	414	230	181	857	338	217	168	219	365	113	92	6.964
SR-08/SP	1.130	503	1.089	658	1.452	3.138	625	1.073	655	806	726	2.007	1.018	1.693	1.397	1.559	1.235	401	486	21.448
SR-20/ES	427	50	406	175	765	673	195	238	381	272	403	508	378	181	293	285	105	182	78	5.983
<b>SUDESTE</b>	<b>3.089</b>	<b>1.308</b>	<b>3.268</b>	<b>3.704</b>	<b>4.757</b>	<b>7.901</b>	<b>2.702</b>	<b>3.877</b>	<b>2.418</b>	<b>1.566</b>	<b>2.459</b>	<b>6.540</b>	<b>3.260</b>	<b>3.311</b>	<b>2.316</b>	<b>3.177</b>	<b>2.295</b>	<b>1.075</b>	<b>1.166</b>	<b>59.289</b>
SR-09/PR	2.434	1.374	264	2.389	2.961	6.458	2.388	2.100	984	317	2.720	1.937	921	879	680	275	1.105	637	668	31.501
SR-10/SC	1.307	385	673	598	246	873	258	500	168	322	389	402	280	222	257	155	235	160	79	7.535
SR-11/RS	1.288	419	1.040	1.205	627	1.967	745	1.826	861	399	529	948	858	616	885	765	619	391	487	16.505
<b>SUL</b>	<b>5.029</b>	<b>2.178</b>	<b>2.007</b>	<b>4.190</b>	<b>4.134</b>	<b>9.298</b>	<b>3.391</b>	<b>4.426</b>	<b>2.041</b>	<b>1.038</b>	<b>3.638</b>	<b>2.987</b>	<b>2.059</b>	<b>1.717</b>	<b>1.802</b>	<b>1.195</b>	<b>1.959</b>	<b>1.218</b>	<b>1.234</b>	<b>55.541</b>
SR-04/GO	430	1.026	2.067	2.128	2.303	2.115	1.766	943	657	421	377	2.490	3.036	1.449	388	1.247	1.122	275	402	24.672
SR-13/MT	10.859	9.098	7.093	10.214	9.222	8.494	8.226	10.013	8.131	3.130	10.215	10.288	7.671	9.830	5.307	771	617	865	859	129.033
SR-16/MS	3.947	280	1.825	2.564	2.381	860	2.142	1.976	2.412	380	3.512	6.031	2.827	4.956	2.399	3.019	1.449	814	90	43.264
SR-28/DF	5	-	-	-	2.027	1.483	1.809	1.616	807	506	767	1.071	519	2.236	3.141	2.527	1.017	614	824	20.959
<b>C. OESTE</b>	<b>15.241</b>	<b>10.404</b>	<b>10.815</b>	<b>14.906</b>	<b>15.933</b>	<b>12.752</b>	<b>13.943</b>	<b>14.548</b>	<b>10.007</b>	<b>4.437</b>	<b>14.861</b>	<b>19.880</b>	<b>14.153</b>	<b>18.471</b>	<b>11.235</b>	<b>7.564</b>	<b>4.205</b>	<b>2.398</b>	<b>2.175</b>	<b>217.928</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58.317</b>	<b>42.912</b>	<b>62.044</b>	<b>81.944</b>	<b>101.094</b>	<b>85.226</b>	<b>60.521</b>	<b>63.477</b>	<b>43.486</b>	<b>36.301</b>	<b>81.254</b>	<b>127.506</b>	<b>136.358</b>	<b>67.535</b>	<b>70.157</b>	<b>55.498</b>	<b>39.479</b>	<b>22.021</b>	<b>23.075</b>	<b>1.258.205</b>

Fonte: DT/Gab-Monitoria - Sinfra Web 31/01/2013

SR-27/MB: Superintendência Regional do Sul do Pará - Sede em Marabá/PA  
 SR-28/DF: Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno - Sede em Brasília/DF  
 SR-29/MSF: Superintendência Regional do Médio São Francisco - Sede Petrolina/PE  
 SR-30/ST: Superintendência Regional de Santarém - PA

## **VII – Considerações finais**

O processo de colonização do Brasil foi construído sobre as bases do latifúndio, monocultura e escravidão, elementos responsáveis não só pela concentração de terras no país, mas pela dificuldade em superá-la.

As ações do governo na busca pela reforma agrária foram sempre limitadas pelos interesses da elite brasileira beneficiada pela instituição da propriedade privada no país.

Neste contexto surgiram os movimentos de pessoas descontentes com as desigualdades existentes no país, visto que, de um lado, uma pequena porção de pessoas acumula riquezas constantemente. De outro, um grande número de pessoas encontram-se desprovidas das condições mínimas de sobrevivência.

Dentre estes movimentos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que nasce engajado na luta pela reforma agrária, capaz de banir os latifúndios improdutivos que impedem que a terra seja trabalhada de forma igualitária. De forma forte e organizada, o MST espalhou-se pelo país, tornando-se cada vez mais importante e ao mesmo tempo temido. Diversos foram os eventos contra as ações do movimento, dotados de violência e covardia. A tão idealizada reforma agrária permanece no imaginário das pessoas, pois, há forças contrárias à sua efetivação no Brasil. Apesar de toda a violência e preconceito, o movimento sobrevive até os dias atuais.

## **VIII – Referências bibliográficas**

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência*, São Paulo, Hucitec, 1980.

MIRALHA, Wagner, 2006. *Questão Agrária brasileira: origem, necessidades e perspectivas de reforma hoje*. Nera, volume 08, pp. 151-172.

MORISSAWUA, Mitsue 2001. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 256 p.: il.

PINASSI, Maria Orlanda, 1955. *Da miséria ideológica à crise do capital; uma reconciliação histórica* – São Paulo: Boitempo, 2009, 140p.

PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

STEDILE, João Pedro (org.) A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005, pp.15-31.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário, disponível em: <http://portal.mda.gov.br/>, acessado em 02/05/2013.